

Origem e evolução da agricultura familiar no Nordeste semi-árido

Eric Sabourin e Patrick Caron

Após uma breve descrição do contexto agrário regional, este capítulo resume a história da agricultura do Nordeste semi-árido desde suas origens. Mostra como e porque a agricultura familiar, por muito tempo ignorada, evoluiu até tornar-se a principal forma de produção agrícola da região, e como ela é objeto, há alguns anos, de um novo interesse no conjunto do Brasil.

O desenvolvimento agrário do Nordeste semi-árido

O Nordeste é uma das cinco Regiões administrativas do Brasil e é composto de nove Estados – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – que ocupam uma área de 1.542.000 km² (Fig. 1). Em 1991, 29 dos 147 milhões de brasileiros aí residiam. Se a maioria dos habitantes do Nordeste se concentra nas grandes metrópoles do litoral atlântico, 38% ainda estão no interior semi-árido, cuja área é de 937.000 km² (Censo ..., 1991).

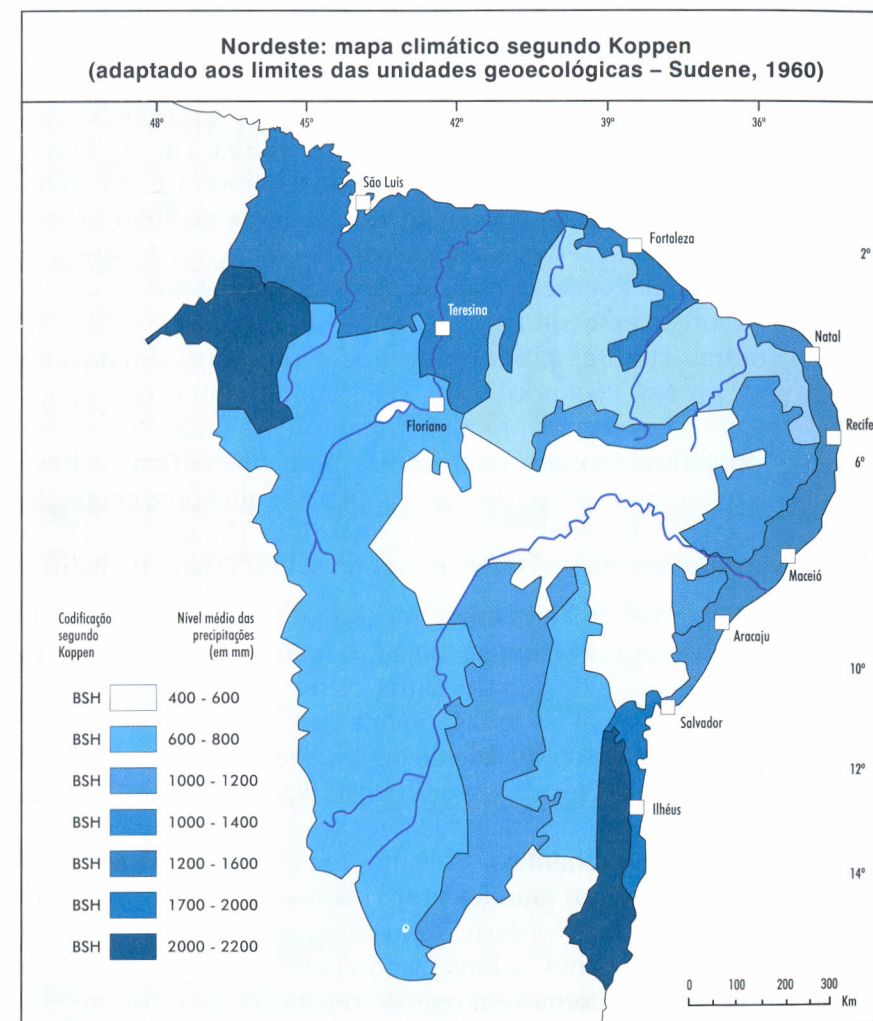
O Nordeste é a parte mais pobre do País, a mais desfavorecida, aquela onde sobreviveram as mais arcaicas formas de controle político e que alimenta as mais significativas correntes migratórias em direção ao Sudeste e ao Norte (Thery, 1995a). Para explicar essa situação, invoca-se freqüentemente a seca, porém a diversidade física limita consideravelmente a importância desse argumento: uma grande parte do Nordeste tem uma precipitação pluvial superior a 1.000 mm, mas nem por isso goza de uma melhor situação social.

O Nordeste é dividido em três subconjuntos naturais bem diferenciados em função da variação pluviométrica (ver Mapa 1; Andrade, 1986). A estreita faixa litorânea úmida, onde chove 1.500 a 2.000 mm por ano, é chamada Zona da Mata. As colinas do Agreste, cuja precipitação pluvial oscila entre 800 e 1.200 mm, eram, outrora, cobertas por uma floresta seca. Hoje elas são inteiramente aproveitadas pela agricultura, principalmente para o plantio de milho e de feijão, e para a criação de animais (Andrade, 1967); essas colinas constituem uma zona de transição entre o litoral e o interior semi-árido, onde a precipitação é de apenas 400 a 800 mm: o Sertão.¹



Fig. 1. O Brasil e a Região Nordeste.
Fonte: Tonneau, 1994.

¹ Nome dado à região árida do Nordeste. De fato, as definições (Ferreira, 1986) insistem na distância entre o Sertão e as zonas do litoral, na fraca densidade demográfica, na predominância de atividades de criação de animais e no fraco desenvolvimento das culturas. A aridez do clima é apenas mencionada. Pode-se, assim, aproximar esse nome da palavra deserto.



Mapa 1. Índices pluviométricos da Região Nordeste.
Fonte: Tonneau, 1994.

A agricultura brasileira esteve, desde a colonização, voltada para o comércio, dedicada às necessidades do mercado europeu. A produção agrícola alimentar era limitada (Andrade, 1967). O Nordeste, primeira região colonizada pelos portugueses, muito cedo conheceu a prosperidade, graças a exportações de açúcar para a Europa. Foi no litoral que se constituiu a primeira ilha do “arquipélago brasileiro” e onde o primeiro dos grandes ciclos econômicos do Brasil se desenvolveu (Thery, 1995a; Fig. 2). Mas a concentração das riquezas nas mãos de uma minoria e o caráter excêntrico da economia (importação de produtos de luxo graças aos recursos advindos das culturas de exportação) frearam o desenvolvimento da Região. A crise do mercado açucareiro no século 18 só fez reforçar essa situação. Certamente outros mercados se abriram, outras culturas contribuíram para um certo dinamismo econômico, porém, segundo Thery (1995a), “nenhum dos ciclos posteriores veio, em seguida, modificar muito essa situação, se bem que dois episódios tenham contribuído para diversificar a base econômica regional: o cultivo do algodão que permitiu uma ocupação mais densa da zona semi-árida, e, no início do século 19, o desenvolvimento das plantações de cacau no sul do Estado da Bahia”.

Em 1850, a Lei da Terra torna impossível a obtenção de terras, a não ser por compra. Instaura-se, então, o mercado fundiário. A lei é votada sob a pressão de grandes proprietários cuja preocupação é limitar a ocupação ilegal de terras, prática cada vez mais freqüente. Porém, essa lei se traduz, de fato, pelo assentamento de inúmeras famílias. Com efeito ela regulariza a situação dos ocupantes. Permite, também, aos vaqueiros dos fazendeiros comprarem terras, e nelas instalar-se com seus rebanhos, constituídos graças ao sistema de remuneração usado pelos grandes proprietários.² Essa é a origem da agricultura familiar no Nordeste semi-árido (Prado Júnior, 1960; Andrade, 1986). Entretanto, a integração econômica é limitada. No século 20, o Nordeste torna-se a região “rejeitada” do Brasil, região de migração em direção ao sul e à Amazônia (Garcia Júnior, 1990). Como bem destaca Martine (1992), o sertão assume o papel de pulmão demográfico do Brasil, pois é capaz de absorver ou reter contingentes significativos de população. Cuert-Muller (1994) mostra que entre 1970 e 1985 a população trabalhando no setor agrícola

² O vaqueiro recebe como remuneração um bezerro em cada quatro que nascem; a escolha é feita pelo proprietário.

passou de 3,0 a 4,2 milhões de pessoas, e que essa mão-de-obra constitui uma reserva utilizada ocasionalmente.

Em contrapartida, as transferências financeiras oriundas da União para o Nordeste foram constantes no decurso dos 2 últimos séculos. Porém, estas jamais compensaram as grandes transferências de capital e de recursos humanos do Nordeste para o Sudeste (Oliveira, 1981; Garcia Júnior, 1990).

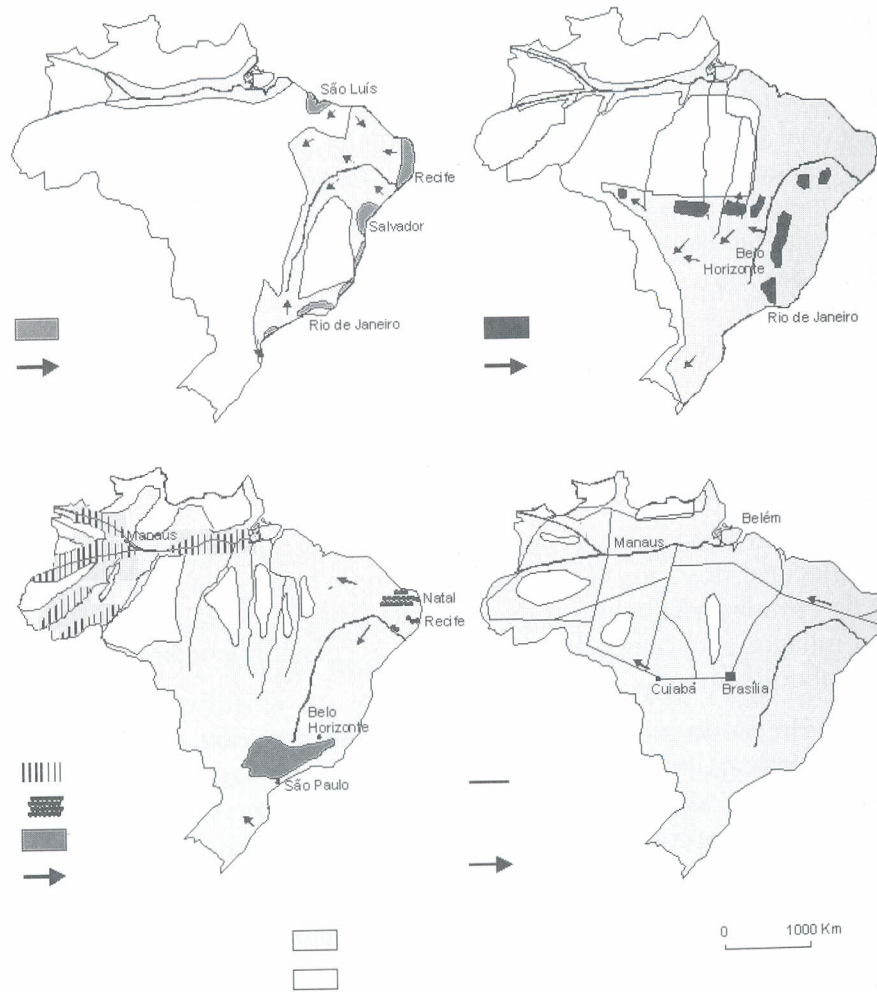


Fig. 2. Expansão territorial: frentes pioneiras e ciclos econômicos.
Fonte: Thery, 1995a.

"Em 1936, foi delimitado um perímetro de 620 mil km², o Polígono das Secas, definindo a área onde a ajuda do governo federal poderia ser concedida, desafio que explica suas ampliações sucessivas em 1946 e 1951: hoje essa área estende-se por 936.993 km² (Thery, 1995a). O montante da ajuda da União é diretamente proporcional à extensão das crises climáticas das secas (Molle, 1991b). Sua distribuição, controlada pela elite local, reforça o poder indiscutível dessa elite. Alguns evocam a indústria da fome para explicar os lucros que daí retiram. Em 1958, depois de um período extremamente seco, foi criado um grupo de trabalho que daria origem, no ano seguinte, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene –, administração encarregada pelo governo federal do "planejamento regional global" (Oliveira, 1981). Os intelectuais que a dirigiam, em particular Celso Furtado, procuraram promover a industrialização, por meio de uma política de incentivos fiscais, e modernizar o setor agrícola, facilitando a transformação dos latifúndios³ e de pequenas unidades agrícolas camponesas em empresas rurais⁴. Foi, então, considerada a possibilidade da reforma agrária. O assunto, porém, logo se tornaria um verdadeiro tabu, após o golpe militar de 1964.

O modelo de desenvolvimento imaginado é um compromisso que alia modernização e emprego rural por intermédio do apoio à agricultura comercial e da organização de comunidades rurais de pequenos produtores. A implantação de infra-estruturas marca os primórdios dessa política e mobiliza o essencial dos meios financeiros. No decurso dos anos 60, a extensão da rede rodoviária foi triplicada, a de estradas asfaltadas foi decuplicada (Thery, 1995a). Foi a época do milagre econômico brasileiro, e os recursos financeiros corriam em abundância.

De modo clássico, se a implantação das infra-estruturas foi satisfatória, os índices de desenvolvimento foram menos evidentes; surgiu, então, alguns anos mais tarde, o período dos projetos públicos e do crédito subsidiado: Polonordeste, Sertanejo, Chapéu de Couro, São Vicente, Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Papp),

³ Latifúndio: propriedade de grande porte, subexplorada, tornada produtiva por dependentes, remunerados por um proprietário freqüentemente ausente. O proprietário segue uma lógica territorial, ditada por relações do tipo paternalista, quanto a seus dependentes.

⁴ Empresas rurais: forma de organização reagindo essencialmente a uma lógica econômica. A rentabilidade do investimento é o objetivo principal. As relações de trabalho organizam-se em torno dos assalariados.

entre outros. Em sua origem, esses projetos visavam reforçar a emergência de pólos de desenvolvimento, em particular com a implantação de perímetros públicos de irrigação e, ao mesmo tempo, resolver os problemas ligados à pobreza. No sertão, tratou-se, sobretudo, do co-financiamento de infra-estruturas comunitárias (escolas, armazéns, poços e açudes, postos de saúde, etc.), construídas essencialmente pela mobilização gratuita da mão-de-obra local (Amman, 1985).

O êxodo rural não se estanca. A demanda de mão-de-obra no sul é grande. Nos anos 80, com o retorno à democracia, o sentimento de crise traduz-se, em escala nacional, por discursos recorrentes sobre a escalada da violência, a incapacidade de controlar a hipertrofia das metrópoles com a redução do êxodo rural e de travar os fenômenos de empobrecimento. Após o mito da modernidade, vem o tempo das dúvidas. O conjunto da classe política e, de modo mais amplo, a sociedade tomaram conhecimento das dificuldades com as quais se depararam esses projetos. As inquietações em relação ao modelo de desenvolvimento brasileiro, o papel do setor agrícola em geral, e aquele da agricultura familiar em particular, são questões dirigidas à pesquisa nacional.

Inúmeras denominações são utilizadas quando se evoca a agricultura familiar: pequeno produtor, agricultura camponesa, agricultura de subsistência, minifúndio. Essas denominações não têm todas o mesmo sentido. O termo agricultura camponesa qualifica somente uma parte desse universo, excluindo as pequenas empresas familiares. Está associado à permanência de uma sociedade camponesa no sentido usado por Mendras (1976)⁵. Apesar de sua conotação política ou ideológica desfavorável, específica ao contexto brasileiro⁶, caracteriza, ainda, uma maioria significativa dos produtores das comunidades do sertão. No Brasil, geralmente, o apego ao campo na região de origem continua relativo. Os movimentos da população rural sempre foram, e ainda são, importantes, principalmente nas frentes pioneiras e nas regiões de

⁵ Segundo a definição de Mendras (1976), pode-se falar em agricultura camponesa onde subsiste uma sociedade camponesa marcada por relações de proximidade e de interconhecimento, por uma autonomia relativa quanto ao mercado e pela mediação de poderosos locais.

⁶ O temor suscitado pelos movimentos sociais de ligas camponesas junto às elites regionais do Nordeste muito contribuiu para o golpe militar de 1964.

êxodo. Em contrapartida, no Sertão nordestino, esse apego é real. As migrações de agricultores do Sertão foram por muito tempo essencialmente sazonais (colheita do café, tabaco ou cana-de-açúcar) ou temporárias. Ao final de alguns anos, o agricultor voltava à sua região natal para comprar um pedaço de terra ou um rebanho, com o pequeno capital amealhado durante o exílio. Como nos mostra Silva (1999), as migrações definitivas constituem um fenômeno recente, surgido nas últimas décadas.

É em função desses elementos que parece pertinente definir agricultura familiar, na falta de melhores termos, como o conjunto de formas de produção que se opõem aos latifúndios e às empresas rurais, alvos preferenciais da política de modernização. A agricultura familiar, assim identificada, reagrupa expressões sociais e modos de produção muito diversificados, apresentando, entretanto, certas características comuns, como a valorização da mão-de-obra familiar e a autonomia da gestão dos meios de produção (Sidersky, 1989).

Agricultura familiar: uma história de resistência e adaptações

A história da agricultura familiar do Sertão se confunde muito com aquela da evolução dos sistemas de pecuária (Caron, 1998). A agricultura sertaneja continuou por muito tempo apenas produtora de víveres e marginal ou concentrada nas zonas mais elevadas e úmidas do Agreste e do brejo, às margens da zona semi-árida (ver mapa 1 em anexo). A agricultura irrigada é recente e seu potencial é limitado a 5% dos 940 mil km² da região, correspondendo às terras aluviais dos vales ou várzeas, situadas nas falhas geológicas (Molle, 1991b).

A colonização do Sertão

Os primeiros domínios fundiários do Sertão foram conquistados no século 17, nas terras das tribos indígenas dos Tupis. Eram verdadeiros impérios, as sesmarias, concedidas pelas capitanias – representando a Coroa portuguesa – aos nobres, aos grandes proprietários rurais, aos senhores da terra, chamados de coronéis ou

fazendeiros. As sesmarias eram medidas em léguas⁷, de cada um dos lados dos riachos, sem limites físicos determinados. Era comum manter uma margem de uma légua, não concedida a ninguém, entre dois domínios, para evitar misturas de gado e outros litígios (Garcez & Sena, 1992).

A colonização foi caracterizada pela concentração, pela imprecisão dos limites territoriais, pelo absenteísmo dos proprietários das terras e pelos fracos investimentos no setor agrícola. Muito rapidamente, os primeiros conflitos eclodiram. Eram de natureza feudal e colocavam as grandes famílias umas contra as outras ou contra as comunidades indígenas (Garcez & Sena, 1992)⁸. A ocupação efetuou-se em diferentes datas, segundo as regiões do Sertão. As vias naturais de acesso, as características mais ou menos hostis do meio local, a presença de recursos hídricos, a localização estratégica de determinados locais no cruzamento de eixos de comunicação foram critérios determinantes.

No Sertão central, pelos meados do século 17, a maioria das terras pertencia a duas famílias: Guedes de Brito e Dias D'Ávila. Esta última possuía, em 1710, "mais de 340 léguas de terras às margens do Rio São Francisco e de seus afluentes" (Andrade, 1986). A ocupação aconteceu porém, muitas vezes, em épocas mais tardias. A região de Pintadas, por exemplo, no centro do Estado da Bahia (Fig. 3), foi explorada a partir do século 19, enquanto as regiões vizinhas (Mundo Novo, Baixa Grande) já haviam sido ocupadas desde o século anterior. Pintadas situa-se numa região menos chuvosa, fora dos eixos de comunicação e não dispunha de nenhuma fonte permanente de água.

O recuo econômico e o surgimento dos camponeses

No decurso do século 18, o crescimento do setor mineiro no Estado de Minas Gerais e a crise no setor açucareiro acarretaram

⁷ Uma légua corresponde a 6 km.

⁸ Houve igualmente litígios entre o Estado e a Igreja, quanto a concessões anteriores feitas pela colônia portuguesa às ordens missionárias encarregadas de catequizar as comunidades indígenas. Tais litígios diziam respeito ao direito de recolher impostos. O Município de Juazeiro, às margens do São Francisco, opôs-se a partir de 1840 à paróquia local. A separação entre a Igreja e o Estado, com a proclamação da República, nos fins do século 19, agravou ainda mais a situação. No caso de Juazeiro, o litígio só foi resolvido em 1927, pela demarcação dos respectivos perímetros: o da paróquia e o do município.



Fig. 3. Localidades mencionadas na descrição do processo de colonização.

uma crise na economia nordestina e o deslocamento da bacia pecuária para o Sul do Brasil (Furtado, 1977). Os enormes latifúndios começaram a fracionar-se em virtude do absenteísmo dos proprietários e da crise da pecuária bovina.

Com a Lei da Terra, em 1850, os pequenos proprietários estabeleceram-se. Comunidades apareceram e materializaram-se em sítios nas proximidades dos poços. Hoje seus membros são os descendentes dos primeiros ocupantes ou dos compradores das antigas fazendas. Numerosos vaqueiros, mestiços, escravos alforriados ou ex-condenados tomaram posse de terras situadas entre as sesmarias ou mesmo inexploradas (Prado Júnior, 1960).

Uma economia camponesa surgiu e desenvolveu-se a partir das pequenas unidades agropecuárias, cada vez mais numerosas. Nas zonas mais áridas, os caprinos, mais adaptados às secas e às necessidades de consumo das famílias camponesas, eram preferidos aos bovinos. As incertezas climáticas tornavam aleatória qualquer atividade agrícola praticada, na maioria dos casos, para prover as necessidades de consumo. As culturas ocupavam pequenas áreas cercadas. Certos produtos como queijo, sementes de mamona e pequenos ruminantes eram vendidos para comprar outros produtos: pimenta-do-reino, sal, tecidos, café, entre outros.

Nas zonas mais favorecidas pelas chuvas, a pecuária era consolidada pela cultura do algodão "Mocó" (arbustivo). O algodão estendeu-se rapidamente, a partir do século 19. Em razão da Guerra de Secessão e do desmoronamento da produção norte-americana, a indústria inglesa investiu no Nordeste. O algodão sempre esteve associado à pecuária. Os meeiros produziam algodão nas terras dos fazendeiros, cujos rebanhos valorizavam os restos de culturas. Essa evolução concerne principalmente aos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Segundo Silva & Lima (1982), a área de extensão do algodão jamais ultrapassou 21,6% da área total do Sertão.

As frentes pioneiras, a apropriação do espaço e a modernização agrícola

Desde o início do século 20, o crescimento demográfico traduz-se por uma pressão sobre o espaço, em particular sobre os percursos na Caatinga. No Estado do Ceará, por exemplo, o número de unidades agrícolas passa de 16.223 a 93.382 20 anos mais tarde, enquanto as áreas agrícolas só aumentam em 50% (Bazin, 1993). A falta de forragem na época das secas leva grandes proprietários a cercar suas terras a partir da década de 20, ainda mais porque os primeiros zebus introduzidos nessa época são menos resistentes às condições climáticas do Sertão. Começa a apropriação individual de recursos explorados, até então, coletivamente.

A difusão de plantas perenes permite aproveitar novas oportunidades de mercado. Elas exigem menos mão-de-obra do que

as culturas alimentares anuais⁹. O plantio de alguns hectares a cada ano permite marcar o território e estender as áreas em "propriedade privada". É o caso do algodão "Mocó", desde a Guerra de Secessão. É, também, o caso do sisal ou da mamona, a partir de 1950, no Sertão central da Bahia. É, enfim, o caso da produção de forragem a partir dos anos 30, para a palma forrageira (*Opuntia* sp.) e, nos anos 70, para as gramíneas, como o capim-buffel (*Cenchrus ciliaris*).

O arame farpado que substitui as cercas de madeira, a partir dos anos 60, permite cercar mais rapidamente grandes áreas e demanda pouca manutenção e mão-de-obra.

A estrutura fundiária local e a presença ou ausência de grandes fazendeiros condicionam as dinâmicas pioneiras. A presença de fazendeiros acentua a pressão sobre o espaço e seus recursos. Eles são os primeiros que historicamente cercam os pastos, graças aos meios financeiros dos quais dispõem ou que podem mobilizar por meio dos projetos públicos de desenvolvimento. Seus animais pastam, durante a estação chuvosa, em terras não cercadas e, na estação seca, alimentam-se da produção de forragem dos pastos cercados. A pressão sobre os recursos acarreta, então, uma generalização rápida de cercamentos.

Conflitos eclodem freqüentemente. Em alguns provocados, pela colocação selvagem de cercas em terras alheias. Trata-se da grilagem¹⁰, que quase sempre acaba em banho de sangue ou na resignação do proprietário lesado. Outros têm como base novas regras jurídicas: a lei do "pé alto" é especialmente exemplar a esse respeito. Enquanto anteriormente a situação que prevalecia obrigava aquele que cultivava a proteger seus campos, em 1964, em alguns municípios, como Pintadas e Ipirá, no centro da Bahia, os pecuaristas

⁹ As áreas de cultura anuais continuam escassas e raramente ultrapassam 2 ou 3 hectares por unidade familiar. De fato, a demanda de mão-de-obra é grande e é essencialmente familiar e os contratos de meeiros são quase inexistentes (fora aqueles com os fazendeiros). As roças e as técnicas para as culturas são manuais. As cercas necessárias à proteção devem ser de madeira; logo sua construção e manutenção representam uma obrigação significativamente onerosa com mão-de-obra, mesmo quando as cercas são construídas na época das secas.

¹⁰ Grilagem é o nome dado à apropriação fraudulenta de terras, freqüentemente violenta, que se traduz pela expulsão dos ocupantes destas terras. Grileiro (aquele que se apropria das terras) e grilagem vêm de grilo, pois os fazendeiros que usavam essa prática colocavam os falsos títulos das propriedades em gavetas cheias de grilos, para que ficassem amarelados.

conseguiram fazer votar um decreto municipal para a aplicação de uma lei federal, que obrigava os criadores a controlar seus animais, impedindo-os de vaguear. Assim, em vez de cercar suas pastagens com 7 a 10 fios de arame farpado para impedir a entrada de pequenos ruminantes, eles podiam reduzir o investimento a 4 fios, suficientes para os seus bovinos, mas proibindo o deslocamento dos animais dos pequenos criadores. Tal obrigação transformou-se, freqüentemente, para aqueles que dispunham dos meios, em apropriação: "a terra pertence àquele que a cerca". Assim, surgiram inúmeros casos de grilagem, que foram seguidos de conflitos.

Os espaços diversificam-se. No Nordeste, eles são, hoje, geralmente divididos por cercas. Os sistemas técnicos de produção, suportes e conseqüências dessas transformações, evoluem. O desflorestamento e o cultivo das áreas de Caatinga¹¹ aumentam. Assistimos à generalização das cercas de 3 ou 4 fios de arame farpado. Os pastos de gramíneas forrageais espalham-se consideravelmente. Eles permitem o aumento da capacidade de pastoreio e, em certos casos, a reconversão para a produção leiteira. Essas evoluções são acompanhadas pelo crescimento rápido do número de pequenas propriedades rurais, os minifúndios. Na verdade, não há mais novos espaços a serem colonizados e os patrimônios fundiários continuam a dividir-se em ritmo acelerado. Aqueles que não conseguem se adaptar tornam-se assalariados agrícolas ou migram para o sul, industrial e urbano, ou para as frentes pioneiras da Amazônia. O desmoronamento da cotação dos produtos agropecuários de cultivos de sequeiro, a partir dos anos 80, provoca uma reconversão de inúmeros produtores para a pecuária, grande consumidora de espaço.

Estas evoluções e recomposições acontecem em um contexto fundiário muito incerto. Até os anos 80, a maioria dos pequenos ainda não possuía títulos de propriedade. Estas imprecisões legais acarretaram conflitos jurídicos nos quais se vê o ressurgimento de títulos

¹¹ O termo Caatinga é formado por duas palavras da língua Tupi que significam floresta branca, referência a seu aspecto durante a seca. É uma formação extremamente diversificada em função do tipo de solo e nela encontram-se árvores e arbustos freqüentemente providos de espinhos e do tipo caducifólios, que dão à vegetação um aspecto sombrio e cinza durante a estação das secas; apresenta também plantas suculentas (cactáceas e euforbiáceas), bromeliáceas terrestres, coriáceas e espinhosas, bem como uma capa herbácea constituída de espécies anuais.

de propriedade datando da monarquia. Tais imprecisões são acompanhadas por uma ausência de delimitação física: os limites fundiários estão freqüentemente sujeitos a conflitos. O aparato regulamentar do Estado é deficiente, prevalecendo a lei do mais forte.

É em tal contexto que surge a irrigação, muito tardiamente, no Nordeste. Molle (1991b) evoca vários fatores para explicar este atraso no desenvolvimento de uma sociedade hidráulica. Segundo ele, a agricultura irrigada representa um estágio de intensificação da atividade agrícola que não encontra, em absoluto, lugar em uma sociedade voltada para a pecuária extensiva, desde o início da colonização. Dos fins do século 19 aos anos 70, as políticas hídricas foram prioritariamente voltadas para o abastecimento de água, seja para os homens ou para os animais, graças à construção de grandes barragens (ver o capítulo *Manejo da água nos sistemas de sequeiro*). Molle (1991a) lembra que a agricultura foi desprezada, deixada nas mãos dos índios ou dos mestiços, depois nas dos peões ou dos meeiros. As características das estruturas sócio-políticas regionais e locais que predominaram até os anos 70 explicam, também, este atraso: a rigidez da estrutura fundiária, desvios dos esforços empreendidos pelo governo federal, arcaísmo e imobilismo das estruturas sociais herdadas da colonização.

Um interesse renovado pela agricultura familiar brasileira

Hoje, a agricultura familiar reúne a maioria da população rural. No Brasil, ela reagrupa cerca de 6,5 milhões de unidades de produção agropecuária, mais da metade localizada na Região Nordeste (FAO, 1996). Sua importância é não somente social mas também econômica, tanto por sua presença de peso nos mercados de produtos alimentares (milho, feijão, batata, banana, etc.) e de exportação (cacau, café, laranja, etc.) quanto pelos recursos e empregos que ela proporciona (Veiga, 1994). Alguns números permitem precisar essa importância social e econômica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (Censo ... 1985), as unidades agrícolas familiares ocupam 56% da população agrícola ativa, o que corresponde a 15 milhões de pessoas. Elas são

responsáveis por cerca de 30% da produção agrícola nacional, por 22% do total da área agrícola (o tamanho médio das unidades agrícolas no Nordeste é de cerca de 13 ha – FAO, 1996). Entretanto, elas são beneficiadas com apenas 15% dos financiamentos públicos.

No Nordeste, a agricultura familiar subsiste no contexto das rupturas e dos limites ecológicos, econômicos, técnicos, sociais e políticos do modelo dominante (Tonneau et al., 1997). Ela ocupa, freqüentemente, os espaços geográficos e econômicos “desprezados” pelos grandes proprietários e empresas. Engloba, entretanto, ainda uma parte significativa da população nordestina, aproximadamente três milhões de famílias, ou seja, cerca de 40% das unidades agrícolas de todo o Brasil (FAO, 1996). Apesar de sua importância demográfica e econômica, ela encobre uma realidade pouco conhecida: somente há pouco tempo passa a ser objeto de atenção por parte dos organismos de apoio ao setor agrícola.

As instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento implantadas nos anos 70 foram planejadas como instrumentos da política de modernização que visava promover o modelo da revolução verde (variedades selecionadas, utilização intensa de adubos e pesticidas, irrigação, mecanização, etc.). Elas foram globalmente eficazes e a produção agrícola aumentou consideravelmente. A modernização foi, porém, seletiva e fonte de marginalização social e geográfica. Os esforços de modernização da agricultura não puderam impedir a concentração dos investimentos públicos e privados e a marginalização da agricultura familiar, salvo por algumas situações isoladas. Desde meados dos anos 80, essas instituições constatam que não conseguem acompanhar a demanda da agricultura familiar no âmbito social, econômico e mesmo técnico. Elas entram em processo de avaliação e de redefinição de suas metas (Abramovay, 1998), e concedem uma atenção particular ao contexto econômico e às condições ecológicas da produção (meio ambiente e qualidade dos produtos).

A Embrapa, principal entidade brasileira de pesquisa agrônômica, reconhece que a pesquisa se mostrou ineficaz em virtude da orientação de seus trabalhos que, como nos países desenvolvidos, visavam à concepção de modelos com alta produtividade biológica e com grande utilização de insumos, sem levar em conta a diversidade ecológica (Embrapa, 1994a). A exclusividade

concedida às pesquisas disciplinares realizadas em estação experimental não levava em consideração as condições de produção. Os programas de pesquisa trataram por muito tempo de uma cultura ou de um produto em particular, sem valorizar a diversificação da produção da unidade agrícola nem as pesquisas econômicas e sociais sobre as “racionalidades” dos produtores e sobre os processos de inovação. Enfim, os produtores e os agentes de desenvolvimento não tinham vínculos com a definição e a aplicação prática dos temas e das atividades de pesquisa.

“A modernização provocou modificações indiscutíveis das características técnicas e econômicas da agricultura brasileira, porém não foi capaz de fazê-lo sem a exclusão de um número significativo de pequenos produtores; este modelo de desenvolvimento, apesar do aumento da produção global, traduziu-se por uma deteriorização dos mercados urbano e rural do emprego, pelo aumento dos preços dos alimentos perecíveis, pela marginalização de mais de dois terços da população rural, pela degradação do meio ambiente, pela ocupação desordenada do território nacional.” (Embrapa, 1994a). Essa constatação leva a propor dispositivos específicos de apoio à agricultura familiar, que seriam justificados pelas evoluções recentes do mundo agrícola e pelo contexto político.

A agricultura familiar está cada vez mais presente nos discursos. Um consenso político real manifesta-se em torno do apoio que ela deveria receber. Os objetivos são, em geral, criar empregos, reduzir o êxodo rural, diminuir os preços dos alimentos perecíveis, reorganizar o espaço, manejar os recursos naturais de modo sustentável e atenuar a miséria. Entre outras coisas, as instituições questionam-se sobre as formas que esse apoio poderia tomar para ser eficaz e sobre as condições da implementação de um programa de reforma agrária. Entretanto, as divergências sobre as modalidades de implantação de um conjunto coerente de ações são importantes.

Ao Estado e às instituições faltam, principalmente, informações e dados sobre as múltiplas realidades encobertas pelo termo genérico “agricultura familiar”. As condições e as formas de acúmulo e da reprodução da agricultura familiar e a gestão de sistemas diversificados são, por exemplo, temas pouco explorados. A insuficiência dos conhecimentos disponíveis deixa o caminho livre para debates antes de tudo ideológicos. Entre a necessária redistribuição inter e

intra-regional e a adaptação forçada a um mercado competitivo, entre duas visões, uma social e outra neoliberal, o discurso inflamado freqüentemente toma a dianteira.

Essa síntese adota um caminho diferente. Ela tem por objetivo ancorar a análise no diferente e no complexo, quer no campo técnico, econômico ou social.